



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**SEGUNDA CAMARA**

**PROCESSO Nº** 10831-001982/93-28

mfc

**Sessão de** 23 de março de 1995 **ACORDÃO Nº** 302-32.978

**Recurso nº.:** 116.570

**Recorrente:** FORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**Recorrid** ALF - Viracopos - SP

- Infração Administrativa ao Controle das Importações.
- Apresentação de Guia de Importação à Repartição aduaneira após decorridos os quinze (15) dias corridos para tal procedimento, estabelecidos pela Portaria DECEX n. 15/91.
- Cabível a imposição da penalidade capitulada no art. 526, inciso II, do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 91.030/85.
- Recurso negado.


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em negar provimento, vencido o Conselheiro Luis Antonio Flora, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF., em 23 de março de 1995.

  
SERGIO DE CASTRO NEVES - Presidente

  
ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO - Relatora

  
CLAUDIA REGINA GUSMAO - Proc. da Fazenda Nacional

VISTO EM

30 JAN 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Ubaldo Campello Neto, Elizabeth Maria Violatto, Ricardo Luz de Barros Barreto, Paulo Roberto Cuco Antunes e Otacilio Dantas Cartaxo.

MF - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - SEGUNDA CAMARA  
RECURSO N. 116.570 - ACORDAO N. 302-32.978  
RECORRENTE : FORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
RECORRIDA : ALF - Viracopos - SP  
RELATORA : ELIZABETH EMILIO DE MORAES CHIEREGATTO

## R E L A T O R I O

FORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA submeteu a despacho aduaneiro, através da D.I. n. 12.488, de 20/08/93, diversas mercadorias estrangeiras sob o regime especial "Drawback" Suspensão, solicitando a apresentação a posterior da Guia de Importação respectiva, com base na Portaria DECEX n. 15/91, art. 1., letra "c".

Em ato de conferência documental, a fiscalização constatou que a interessada apresentou citada Guia fora do prazo estabelecido pela Portaria DECEX n. 15/91, lavrando o Auto de Infração de fl. 01, para exigir da autuada o crédito tributário correspondente à multa prevista no artigo 526, inciso II, do Regulamento Aduaneiro (30% sobre o valor da mercadoria).

Regularmente intimada, a importadora impugnou tempestivamente a ação fiscal, alegando, em síntese, que:

1) ao solicitar o desembaraço aduaneiro das mercadorias em questão, assinou Termo de Compromisso, no Quadro 24 da referida D.I., no sentido de apresentar o PGI ao órgão emissor competente no prazo de 40 dias da data de registro da D.I., sob pena de incorrer na violação do art. 526 do R.A., compromisso este totalmente cumprido;

2) apresentou a G.I. emitida à repartição aduaneira 21 dias após a data de emissão do citado documento;

3) embora o regime de importação adotado pelas autoridades brasileiras exija a emissão prévia de G.I., algumas situações especiais (entre elas, as importações vinculadas a operações de "drawback" genérico) mereceram tratamento diferenciado, pelo qual a G.I. pode ser emitida "a posteriori", conforme disposto nas Portarias DECEX n. 08/91 e n. 15/91. Nestes casos, portanto, desde que exista a respectiva G.I., não se configura o fato típico descrito no item II do art. 526 do R.A.;

4) no seu caso, a G.I. foi solicitada e emitida no prazo legal e mesmo que seu pedido de emissão tivesse sido efetuado fora do prazo, ainda assim a sanção prevista no art. 526, II, do R.A. não teria aplicação, porque o fato típico nela descrito não retrata o fato descrito no Auto de Infração, que se refere a importação desabrigada de licença;

*Emila*

5) a fiscalização entendeu aplicável ao caso destes autos o princípio contido no parágrafo primeiro do art. 526 do R.A., que considera como tendo sido realizada sem G.I. a importação cujo embarque da mercadoria tenha sido efetuado quando decorridos mais de 40 dias do prazo de validade deste documento, sendo que tal entendimento somente poderia ser aplicável nos casos em que a emissão da G.I. deve ser anterior ao embarque das mercadorias no exterior e tal embarque ocorre mais de 40 dias após o vencimento da guia;

6) a Portaria DECEX n. 08/91, alterada pela Portaria DECEX n. 15/91 estabeleceu uma exceção ao regime de emissão prévia da G.I. e determinou um prazo para apresentação do pedido de guia de importação - PGI - ao órgão competente (o que foi cumprido) mas, a rigor, não determinou um prazo para a apresentação dessa guia às autoridades fiscais (apenas menciona que a guia terá validade de 15 dias para fins de comprovação junto à repartição aduaneira), nem tampouco estabeleceu sanção para a falta de observância de tal prazo;

7) no próprio termo de compromisso constante do Quadro 24 da D.I., a obrigação assumida pelo importador, sob as penas do art. 526 do Regulamento Aduaneiro, é a de apresentar o PGI ao órgão competente no prazo de 40 dias da data de emissão da D.I. correspondente, não constando qualquer compromisso no sentido de se apresentar a guia de importação no prazo de 15 dias da emissão da mesma;

8) a aplicação, ainda que por analogia, do princípio contido no parágrafo primeiro do art. 526 acima mencionado ao caso concreto, não tem o menor cabimento, uma vez que lá se considera sem guia a mercadoria embarcada no exterior após o decurso de 40 dias da expiração do prazo de validade da guia, enquanto aqui o embarque, o desembarque e o desembaraço estão dispensados da apresentação prévia da G.I., desde que a mesma seja solicitada ao órgão competente no prazo de 40 dias da data do registro da D.I.;

9) o simples atraso na comunicação ou na apresentação da G.I. à autoridade fiscal não pode, de forma alguma, dar ensejo à aplicação de qualquer das multas elencadas no art. 526 do R.A., que trata das infrações administrativas ao controle das importações, já que a entrega da referida guia fora do seu prazo de validade para a autoridade aduaneira não configura infração administrativa ao controle das importações, mas mero descumprimento de obrigação fiscal acessória;

10) no presente caso, todos os requisitos de controle das importações foram plenamente atendidos, não havendo como se sustentar que a importação foi feita ao desamparo de guia. A Guia de Importação em questão venceu-se após produzir todos os seus efeitos relativamente ao controle das

*guia*

importações. O vencimento da validade não retira, de nenhuma forma, os efeitos já produzidos, da mesma forma que as guias relativas aos casos em que devem ser emitidas previamente à importação, tem prazo de validade de 180 dias e, portanto, vencem após ter amparado regularmente a operação de importação, sem que por isso deixem de ser documentos válidos para todos os fins, inclusive fiscais;

11) o máximo que poderia ter ocorrido é o descumprimento de uma obrigação fiscal formal e acessória, sendo que o Regulamento Aduaneiro não fixa prazo para apresentação de tais guias de importações, não sendo portanto aplicável à hipótese sequer a multa genérica referida no inciso IV do art. 522 do R.A., e a Portaria DECEX n. 15/91 também não fixa penalidade para a apresentação de tais guias de importação após 15 dias da emissão das mesmas;

12) finaliza solicitando que seja dado total provimento à impugnação apresentada e que o Auto de Infração seja julgado insubsistente com o consequente cancelamento da multa imposta.

Ao apreciar a impugnação, a autora do feito considerou as alegações apresentadas pela autuada improcedentes, pelo que expôs:

1) preliminarmente, observou que, embora conste do processo Procuração outorgada pela interessada constituindo seu procurador, bem como substabelecimento dos poderes, o signatário da impugnação não está identificado, impossibilitando a confirmação de seus poderes.

2) No mérito, o entendimento da interessada de que a Portaria DECEX n. 15/91 não fixa prazo para a apresentação da Guia de Importação à repartição aduaneira, é contrariado pelo próprio texto legal pois, em seu art. 1.º além de estabelecer que o pedido de G.I. deve ser apresentado pelo importador às agências habilitadas a prestar serviços de comércio exterior, até 40 dias corridos após o registro da D.I., determina também que a G.I. conterá a cláusula seguinte: Essa guia ampara as importações de mercadorias já desembaradas, conforme D.I.(s) abaixo relacionada(s), e tem validade de 15 dias corridos após sua emissão, para fins de comprovação junto à repartição de desembaraço aduaneiro".

3) Se a comprovação junto à repartição onde ocorreu o desembaraço pudesse ser feita a qualquer tempo, a critério do importador, o prazo de validade de 15 dias corridos após a emissão não constaria da própria guia por determinação da legislação que ampara as exceções em que é admitida a emissão de G.I. após o embarque da mercadoria no exterior;

*EMULH*

4) Conforme foi admitido pela própria impugnante, houve a inobservância de uma obrigação acessória o que, de acordo com o disposto no art. 113, parágrafo 3., do Código Tributário Nacional, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária;

5) Quanto à alegação de que o art. 526, inciso II, do R.A., não é aplicável por ter sido feito o pedido de Guia e a mesma ter sido emitida, tal argumento não é compatível com a legislação uma vez que "importação de mercadoria do exterior sem guia", prevista no mencionado dispositivo legal, não se refere somente à existência física da Guia, mas, principalmente, a sua validade e ao momento de sua emissão, como pode ser constatado nos incisos do art. 526 que gradua a penalidade em função do tempo e do prazo de validade;

6) O próprio parágrafo 1. do referido art. 526, que se aplica a importação sujeita a emissão de G.I. previamente ao embarque da mercadoria no exterior, vem comprovar tal entendimento, ao estabelecer que: "Será considerada como tendo sido realizada sem G.I. ou documento equivalente, a importação cujo embarque da mercadoria tenha sido efetuado quando decorridos mais de 40 dias do prazo de validade desses documentos". Por tal dispositivo, mesmo em casos de existência física da Guia, o art. 526, inc II, do R.A. é aplicável, em função de fatores temporais e prazo de validade da própria Guia;

7) No caso em tela, em que a Portaria DECEX n. 15/91 ampara o pedido de G.I. posteriormente ao registro da D.I., a interessada, com a finalidade de comprovar junto à repartição aduaneira que obtivera a licença para a importação já efetivada, apresentou um documento (G.I.) fora do seu prazo de validade, portanto, um documento que não surte mais efeito, que não tem mais valor para os fins para os quais foi emitido. Configurou-se, assim, importação sem Guia, sujeitando o importador à penalidade capitulada no art. 526, inc. II, do Regulamento Aduaneiro;

8) Finaliza propondo a manutenção do Auto de Infração.

Com base nos fundamentos de fato e de direito expostos no Relatório e Parecer expostos pelo SESIT (fls. 108/112), aprovando-os e integrando-os a sua Decisão (fls. 113), a autoridade de primeira instância julgou a ação fiscal procedente, impondo à autuada o pagamento do crédito tributário discriminado no Auto de Infração.

Com guarda de prazo, a importadora recorreu da decisão singular, insistindo em todas as razões que apresentou na impugnação, especialmente em que:

*Eulá*

Rec.: 116.570

Ac.: 302-32.978

1) O Termo de Compromisso assumido no Quadro 24 da D.I. em exame foi devidamente cumprido, uma vez que o PGI foi protocolado no prazo de 39 dias da data do registro da D.I., resultando na emissão da competente Guia de Importação que, no presente caso, se deu dentro do prazo de 40 dias. Foi assim obedecido o disposto no art. 1. da Portaria DECEX n. 15/91, que trata das importações vinculadas a operações de "drawback" genérico, que é o caso destes autos;

2) o fato de a recorrente ter apresentado a Guia de Importação às autoridades fiscais após 15 dias de sua emissão não justifica a manutenção da exigência fiscal, tendo em vista que a referida Portaria apenas menciona que a guia terá validade de 15 dias, não determinando que sua apresentação à repartição após este prazo ensejaria a aplicação da penalidade prevista no inciso II do artigo 526 do R.A., e mesmo que o fizesse não teria qualquer efeito uma vez que uma simples Portaria não é instrumento legal hábil para prever a aplicação de penalidades;

3) no presente caso, a Guia de Importação foi solicitada no prazo legal e a importação foi amparada por G.I., fato que por si só já exclui a aplicação dessa norma;

4) Mesmo que o pedido de emissão da referida guia tivesse sido efetuado fora do prazo legal, ainda assim tal sanção não teria aplicação, porque o fato típico nela descrito não retrata o fato descrito no Auto de Infração, que se refere à importação desabrigada de licença, ou seja, não amparada por G.I.;

5) O Auditor Fiscal autuante entendeu aplicável ao caso destes autos o princípio contido no parágrafo primeiro do art. 526 do R.A., princípio este somente aplicável nos casos normais, que dependem de emissão de guia previamente à importação;

6) Contudo, a Portaria DECEX n. 08/91, alterada pela Portaria DECEX n. 15/91, estabeleceu uma exceção ao regime de emissão prévia de G.I. e determinou um prazo para a apresentação do pedido de guia de importação - PGI - ao órgão competente, estabelecendo também um prazo de validade de 15 dias para a referida Guia de Importação, para fins de comprovação junto à repartição aduaneira, sem, contudo, estabelecer sanção para a falta de observância deste último prazo;

7) Tanto assim é que, no próprio Termo de Responsabilidade constante do Quadro 24 da D.I., a obrigação assumida pelo importador, sob as penas do art. 526 do R.A., restringe-se, exclusivamente, à apresentação do PGI ao órgão competente no prazo de 40 dias da data da emissão da D.I. correspondente, não constando qualquer compromisso no sentido de se apresentar a G.I. no prazo de 15 dias da emissão da mesma;

*Eucl*

8) Assim, a aplicação, ainda que por analogia, do princípio contido no parágrafo primeiro do art. 526 acima mencionado ao caso concreto, não tem o menor cabimento, uma vez que lá se considera sem guia a mercadoria embarcada no exterior após o decurso de 40 dias da expiração do prazo de validade da guia, enquanto aqui o embarque, o desembarque e o desembarço estão dispensados da apresentação prévia da G.I., desde que a mesma seja solicitada ao órgão competente no prazo de 40 dias da data do registro da D.I., o que efetivamente ocorreu e está provado nestes autos;

9) O simples atraso na comunicação ou na apresentação da G.I. à autoridade fiscal não pode dar ensejo à aplicação de qualquer das multas elencadas no art. 526 do R.A., pois o mesmo trata de infrações administrativas ao controle das importações, o que não se configura, no caso. O que ocorreu foi mero descumprimento de obrigação fiscal acessória;

10) Na importação objeto do litígio, todos os requisitos ao controle das importações foram plenamente atendidos, posto que a operação dependia de guia de importação emitida a posterior, fato este que foi cumprido com absoluta observância dos requisitos e do prazo legal de 40 dias da data do registro da D.I.;

11) Não há como se sustentar que a importação foi efetuada ao desamparo de guia. A Guia de Importação em questão venceu-se após ter produzido todos os seus efeitos relativamente ao controle das importações;

12) A apresentação da G.I. ao fisco fora do prazo não constitui infração administrativa ao controle das importações, podendo ensejar, no máximo, a aplicação da penalidade relativa ao descumprimento de uma obrigação fiscal formal e acessória;

13) O Regulamento Aduaneiro não fixa prazo para a apresentação de tais guias de importação, não sendo portanto aplicável à hipótese sequer a multa genérica referida no inciso IV do art. 522 do R.A. Por outro lado, a Portaria DECEX n. 15/91 também não fixa penalidade para a apresentação de tais guias de importação após 15 dias da emissão das mesmas;

14) Em assim sendo, não pode a fiscalização pretender aplicar a penalidade prevista no inciso II do artigo 526 do R.A. para situação diversa daquela que os termos contemplam;

15) Para o caso em exame, não existe previsão para a imposição de penalidade;

*EMULA*

16) Em Direito Tributário vige o princípio da tipicidade cerrada, exigindo subsunção do fato à norma legal (cita a Prof. Yonne Dolacio de OLiveira, no "Curso de Direito Tributário"), tipicidade esta que resta inadmissivelmente prejudicada, na autuação imposta à recorrente;

17) Cita ementas do Tribunal de Impostos e Taxas que, no âmbito estadual, tem cancelado reiteradamente autos de infração em função de sua capitulação estar incorreta;

18) Insiste em que o Auto de Infração em tela não pode prevalecer, uma vez que inexiste capitulação legal para a suposta infração cometida pela interessada, não podendo ser-lhe aplicada penalidade que em nada tem a haver com os fatos descritos nos autos;

19) Encerra seu recurso requerendo que lhe seja dado integral provimento, reformando-se a decisão de primeira instância e julgando-se o auto de infração inteiramente improcedente, com o cancelamento da exigência formulada.

E o relatório.

*Eulábio Augusto*



## V O T O

O recurso em pauta, no mérito, versa apenas sobre uma matéria: a apresentação da Guia de Importação à repartição aduaneira onde se promoveu o desembaraço fora do prazo estabelecido pela Portaria DECEX n. 15/91.

Inicialmente, quero salientar que a regra geral pela qual são regidas as importações ao órgão competente e a apresentação previamente ao embarque das mercadorias no exterior".

Em alguns casos, porém, a administração, para facilitar e agilizar o processo de importação, procurou favorecer os importadores, facultando-lhe a apresentação da Guia de Importação emitida anteriormente ao desembaraço das mercadorias, conforme as disposições contidas na Portaria DECEX n. 08/91.

Mais além foi a administração na concessão deste benefício, ao alterar o art. 2., letra "b", da citada Portaria, através da Portaria DECEX n. 15/91, retirando a expressão "quando a Guia de Importação deverá ser emitida anteriormente ao desembaraço", e possibilitando que, a critério da empresa, nas exceções de que trata, as mercadorias sejam submetidas a despacho mediante pedido direto à repartição aduaneira sem a correspondente guia".

Contudo, ao conceder este benefício, a administração criou determinadas obrigações administrativas a serem cumpridas pelos interessados, ou seja, prazos a serem obedecidos com referência ao pedido de emissão da guia de importação brasileiros e a de "emissão de guias de importação deste documento à repartição de desembaraço aduaneiro, para fins de comprovação da licença de importação.

Estes prazos estão perfeitamente determinados no parágrafo segundo do artigo segundo da Portaria DECEX n. 15/91.

Se o prazo para a apresentação da Guia de Importação à repartição aduaneira não fosse importante, ele não estaria mencionado e determinado na própria Portaria que estabeleceu o benefício. Estas poucas obrigações que foram impostas pela norma a que se refere, são irrisórias face à desregulamentação e à agilização dos procedimentos administrativos na importação que foram possibilitados aos beneficiários.

Dois prazos foram estabelecidos pela Portaria DECEX n. 15/91, como se segue:

*Guia*

Rec.: 116.570

Ac.: 302-32.978

- "o pedido de guia deverá ser apresentado pelo importador às agências habilitadas a prestar serviços de comércio exterior, até 40(quarenta) dias corridos, após o registro da declaração de importação", e

- a guia assim emitida "tem validade de 15(quinze) dias corridos após sua emissão, para fins de comprovação junto à repartição de desembaraço aduaneiro".

Não é o Termo de Compromisso assumido no Quadro 24 da Declaração de Importação que estabelece a total obrigação que deve ser cumprida pelo importador. Ele apenas trata do primeiro compromisso a ser respeitado pelo signatário, ou seja, da apresentação do pedido de emissão de guia ao órgão competente.

A própria guia, por sua vez (e de acordo com cláusula estabelecida pela citada Portaria DECEX n. 15/91), determina o novo prazo a ser respeitado, relativo à sua apresentação à repartição aduaneira, uma vez que tem validade de 15 dias corridos após sua emissão.

Tal cláusula significa que, após os citados 15 dias, a guia perde sua eficácia, não mais atendendo ao objetivo pelo qual foi solicitada e emitida.

Um documento que não tem valor legal não pode ser aceito como documento.

Não é uma simples Portaria que prevê a aplicação de penalidades, como insiste o recorrente, ao afirmar que ela não é instrumento legal hábil para tal. Citado ato apenas outorgou, em alguns casos, um benefício, condicionando-o a algumas obrigações.

A penalidade, no caso, está prevista no próprio Regulamento Aduaneiro, uma vez que, não tendo a guia de importação valor legal, é como se não existisse, inferindo importação ao desamparo de guia, sujeitando o infrator à penalidade capitulada no inciso II do art. 526 do citado Regulamento.

Não se discute, aqui, o fato da importação ter sido realizada sem apresentação prévia de G.I., uma vez que esta era uma concessão à qual o importador fazia jus. O auditor fiscal, no caso, não aplicou o princípio contido no parágrafo primeiro do art. 526 do R.A. Apenas citou tal dispositivo para salientar que, no caso de guias de importação, não basta apenas que existam materialmente, sendo fundamentais sua data de emissão e seu prazo de validade, para que tenham valor legal.

*Guilher*

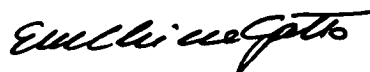
Rec.: 116.570  
Ac.: 302-32.978

O que se discute é a própria existência da guia de importação face à sua eficácia, portanto dentro de seu prazo de validade.

No que diz respeito à alegação de que, no processo em pauta, o que ocorreu foi mero descumprimento de obrigação fiscal formal e acessória, cumpre lembrar que, de acordo com o disposto no artigo 113, parágrafo 3., do Código Tributário Nacional, tal fato converte-se em obrigação principal no que se refere à penalidade pecuniária.

Pelo exposto e por tudo mais que do processo consta, conheço o recurso por tempestivo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1995.



ELIZABETH EMILIO DE MORAES CHIEREGATTO  
Relatora